

**À DOUTA COMISSÃO INTERNA DE CHAMAMENTO PÚBLICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO ESTADO DE GOIÁS – CICG.**

Processo nº: 202300010023378

Edital de Chamamento Público nº: 03/2023-SES/GO - HEAPA

**FUNDAÇÃO TIRADENTES**, pessoa jurídica de direito privado sem finalidade lucrativa, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica CNPJ/MF nº 05.783.472/0001-81, com sede na Av. Contorno, nº 2.185, Setor Central - Goiânia-GO, CEP: 74055-140, neste ato representada por seu Diretor Presidente, conforme previsão estatutária, vem, perante Vossas Senhorias, formular **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**, com fulcro no **item 11.1** do Edital de Chamamento Público nº 03/2023 – SES, conforme segue.

O Estado de Goiás, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, tornou público o Edital de Chamamento Público nº 03/2023-SES/GO, para a seleção de entidade de direito privado sem fins lucrativos caracterizada como organização da sociedade civil, para a gestão, operacionalização e execução dos serviços de saúde no Hospital Estadual de Aparecida de Goiânia - Caio Louzada (HEAPA).

O referido Chamamento Público e a parceria dele decorrente se regem por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas da **Lei Federal nº 13.019/2014** e a Lei complementar nº 141/12, bem como pelas regras constantes deste Edital e seus Anexos.

Não obstante, da leitura inicial do instrumento convocatório, foram suscitados os pontos de esclarecimento abaixo expostos, sobre o qual, formula-se pedido/consulta, para esclarecer a controvérsia ora erigida. Vejamos.

**I – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO – SUBITEM 4.6 DO EDITAL – DA VEDAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO EM DETERMINADOS CARGOS DA OSC – ABRANGÊNCIA.**

No tópico “**4 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**”, do Edital de Chamamento Público nº 03/2023 – SES, especialmente no **subitem 4.6**, é estabelecido o seguinte:

4.6. Não será permitida a participação de entidade cujos **dirigentes, gerentes ou associados sejam servidores, efetivos ou não, do Estado de Goiás ou de suas entidades, fundações ou autarquias**, ou que o tenham sido nos últimos 6 (seis) meses anteriores à publicação deste Edital.

Acerca do ponto em questão, inicialmente, importante consignar alguns apontamentos, a fim de se aferir e demonstrar a regularidade da participação Fundação Tiradentes, quanto a condição de participação do certame em questão, bem como em todo regidos com conjuntura legal semelhante a este.

Preliminarmente, é imperioso pontuar que **a referida disposição do subitem 4.6 do Edital, não encontra previsão similar, ou congênere na Lei Federal nº 13.019/2014**, que é o ato normativo basilar e regulamentador do Chamamento Público nº: 03/2023-SES/GO.

Ao revés, é fundamental destacar a imposição da referida lei no sentido de se restringir a competitividade dos certames por ela regidos, ao dispor o **§2º, do seu artigo 24**, que:

**§ 2º É vedado admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo em decorrência de qualquer circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto da parceria, admitidos: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)**

Dessa forma, já de início, nota-se uma restrição na competitividade do certame, não respaldada em sua lei balizadora, **o que, respeitosamente, merece ser objeto de revisão pela douta Comissão de Chamamento Público deste certame.**

Ademais, importante esclarecer o caráter de **pessoa jurídica de natureza privada da Fundação Tiradentes**, sem fins lucrativos, instituída mediante escritura Pública (em anexo), conforme disposto no art. 1º do seu Estatuto<sup>1</sup>, que segue junto a este expediente.

---

<sup>1</sup> Art. 1º A Fundação Tiradentes, instituída por Escritura Pública de dez de julho de dois mil e três, lavrada perante o 6º Tabelionato de Notas da Comarca de Goiânia, Estado de Goiás, no livro n.º 441, fls. 190/191

Assim, nota-se a **adequada subsunção a definição normativa da entidade**, nos termos do conceito previsto na Lei Federal nº 13.019/2014, *in verbis*:

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - organização da sociedade civil: [\(Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015\)](#)

a) **entidade privada sem fins lucrativos** que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, **auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;** [\(Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015\)](#)

Em seguimento, nos termos do **art. 10º Estatuto da Fundação Tiradentes**, são órgãos da referida entidade: **a) o Conselho de Curadores; b) o Conselho Fiscal e c) a Diretoria Executiva.**

No que tange ao **Conselho de Curadores**, é previsão do Estatuto que:

Art. 11 O Conselho de Curadores é o órgão de **orientação, supervisão e decisão superior da Fundação** composto por no mínimo sete e no máximo nove integrantes que exercerão mandato de quatro anos permitida uma recondução.

§ 1º O Diretor Presidente é membro nato do Conselho de Curadores.

§ 2º **Os membros do Conselho de Curadores serão escolhidos pelos membros em exercício sendo que deverá integrá-lo um representante dos oficiais, um representante dos praças e um representante do serviço de saúde da Polícia Militar e um representante da reserva remunerada.**

Ainda, o referido ator regulamentador, consigna no bojo de suas disposições que:

Art. 14 O Conselho de Curadores terá ainda uma "Presidência de Honra a qual será representada e exercida pelo **Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Goiás** que terá sempre garantido o direito de assento e voz em todos os órgãos.

Por outro lado, nos termos do **art. 25** do Estatuto, a Diretoria Executiva **“é o órgão de coordenação, superintendência, e execução das atividades da Fundação**

*Tiradentes*”, composta por: **a) Diretor Presidente; b) Diretor Administrativo; c) Diretor Financeiro.**

Nesse sentido, atualmente, conforme é possível se constatar no site institucional da Fundação<sup>2</sup> o Diretor Presidente da Fundação ostenta o cargo de Coronel PM RR da Polícia Militar, e a Diretora Financeira, o cargo de Tenente Coronel QQPM da Polícia Militar.

Quanto ao cargo de Diretoria Administrativa, apenas ressalva-se que, em e razão de renúncia da então ocupante da função, a eleição e empossamento do novo membro encontra-se em andamento.

Nesse cenário, **depreende-se que servidores militares (e não civis), ocupam cargos de direção na Função em comento.**

Feitos os esclarecimentos introdutórios acerca da natureza e composição da Fundação Tiradentes, e ante a vedação mencionado contida no subitem 4.6 do Edital, é válido trazer à baila algumas considerações e questionamentos.

Conforme já visto, no **subitem 4.6** do Edital de Chamamento Público nº 03/2023 – SES, é estatuída a proibição “[...] *da participação de entidade cujos dirigentes, gerentes ou associados sejam servidores, efetivos ou não, do Estado de Goiás ou de suas entidades, fundações ou autarquias*”.

Nesse ponto, **cumprе reіeterar que a Fundação Tiradentes não integra a Administração Direta, e, por óbvia jurídica, nem Autarquias e Fundações Públicas, porquanto não ostenta natureza de Fundação Pública, e sim de uma entidade de personalidade jurídica privada, conforme previsões já invocadas em seu ato constitutivo (escritura pública) e em seu ato normativo (estatuto).**

A propósito, é relevante mencionar, inclusive, a definição institucional contida no sítio eletrônico oficial da Fundação Tiradentes<sup>3</sup>, que esclarece, de modo claro, que **“A Fundação Tiradentes é uma instituição do Terceiro Setor, ou seja, uma instituição privada, mas sem fins lucrativos [...]”**.

<sup>2</sup> <https://www.tiradentes.org.br/composicao-atual> - acesso em 10.07.2023

<sup>3</sup> <https://www.tiradentes.org.br/quem-somos> - acesso em 10.07.2023

Nesse modo, infere-se que, mesmo que houvesse servidores públicos nos cargos aludidos na disposição editalícia em comento, a vedação estaria afastada propriamente em razão da natureza jurídica do Instituto Tiradentes, que é de caráter privado.

Por outro lado, importante registrar, a generalização do conceito de “*servidores*”, descrito no **subitem 4.6 do Edital**, que não considera as especificidades da categoria militar, em relação aos servidores públicos civis.

Para melhor elucidação desse ponto, relevante destacar a clara disposição da **Lei nº Estadual 8.033, de 02 de dezembro de 1975** – que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Goiás e dá outras providências -, e prevê, expressamente, que:

Art. 3º - Os integrantes da Polícia Militar do Estado de Goiás, em razão da destinação constitucional da Corporação e em decorrência das leis vigentes, constituem uma categoria especial de servidores públicos estaduais e são denominados Policiais-Militares.

Assim, pela especificidade da carreira militar, expressamente explicitada em legislação própria estatual, como uma “categoria especial de servidores”, e ante a ausência e generalização do texto do subitem 4.6 do Edital, não é razoável que a vedação contida se aplique aos dirigentes, curadores, gerentes ou qualquer membro do conselho de curadores da Instituição, sobretudo por tratar-se de Fundação Privada.

Nesse sentido, depreende-se que a limitação de participação de servidores públicos na condição de gerentes, dirigentes ou associados retringe-se quanto aos servidores públicos civis, que integram o quadro de entes de natureza pública, o que não se vislumbra no caso em questão, por se tratar de fundação privada.

Em reforço, imperioso trazer à baila o entendimento sedimentado no Recurso Extraordinário 596.701, no qual o Ministro Edson Fachin afirmou que a Constituição Federal, após as alterações promovidas pelas Emendas Constitucionais 03/1993 e 18/1998, separou as categorias de servidores, prevendo na Seção II as disposições sobre “Servidores Públicos” e na Seção III, artigo 42, as disposições a respeito “dos Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios”, dissociando os militares da categoria “servidores públicos”, do que se concluiu que os militares, topograficamente, não mais se encontram na seção dos servidores públicos e etimologicamente não são mais pela Constituição denominados servidores, mas apenas militares.

Incluise, a ilustre doutrinadora, professora, e doutora em Direito Administrativo e Constitucionall, Maria Sylvia Zanella Di Pietro<sup>4</sup>, ***inclui no rol de agentes públicos os militares, que são as pessoas físicas sujeitas a regime jurídico específico e que prestam serviços ao Estado e à sociedade, “com vínculo estatutário sujeito a regime jurídico próprio, mediante remuneração paga pelos cofres públicos”*** Ressalta a doutrinadora, que a partir da Emenda Constitucional 18/98 **os militares ficaram excluídos da categoria servidores públicos, conforme art. 42, da CFRB.** (in Direito Administrativo. 19ª Edição. São Paulo: Atlas, 2006, p. 499 e p 505)

Com efeito, não há mais como afirmar que os militares são “servidores públicos”, na acepção restrita dessa expressão, mas, sim, agentes públicos em sentido amplo. Isso porque após as Emendas Constitucionais 18 e 19, de 1998, os servidores públicos são os civis e os militares, são simplesmente militares, sem que haja a precedência da palavra servidor<sup>5</sup>.

Nesta toada, há sensíveis distinções entre os servidores públicos civis e os militares, estes classificados como agentes públicos cuja atribuição é a defesa da Pátria, dos poderes constituídos e da ordem pública, a justificar a existência de um tratamento específico. Juridicamente, **podemos inferir que todos os agentes públicos da Administração Pública que não forem militares serão servidores civis. Isso se justifica na medida em que verificamos as diferenças de destinação existente entre as categorias. Diferenças que já se destacam no momento da seleção para ingresso nas respectivas carreiras.**

**Em arremate**, no julgamento do **Recurso Especial 1.369.575-RJ**, de relatoria do Min. Mauro Campbell Marques, o SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ, pacificou que::

“PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SUPOSTA OFENSA AOS ARTS. 475 E 730 DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO DO PLANO DE SEGURIDADE DO SERVIDOR PÚBLICO (PSS). RETENÇÃO. VALORES PAGOS EM CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL. INEXIGIBILIDADE DA CONTRIBUIÇÃO SOBRE PROVENTOS E PENSÕES MILITARES. [...] **2. Após a vigência da EC 18/98, não há mais dúvida de que os militares não se caracterizam como servidores públicos, de modo que estão sujeitos a um regime jurídico próprio (dos militares). Como bem explica Lucas Rocha Furtado, “os militares são agentes públicos, mas não pertencem à categoria dos servidores públicos”. Ressalte-se que “o regime a que submetem os militares não se confunde com aquele aplicável aos servidores civis, visto que têm direitos, garantias, prerrogativas e impedimentos próprios”** (RE 551.531/MG, Tribunal Pleno, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJe de 27.6.2008). 3[...]” ( DJe de 19.12.2014 - grifei).

---

<sup>4</sup> in Direito Administrativo. 19ª Edição. São Paulo: Atlas, 2006, p. 499 e p 505

<sup>5</sup> in Os Direitos Previdenciários Expectados dos Servidores Públicos Titulares de Cargos Efetivos no Paradigma do Estado Democrático de Direito Brasileiro. Belo Horizonte, 2011).

Ultrapassa a pacífica segregação dos conceitos de servidores públicos, com profissionais da carreira militar, é importante observar ainda, que os militares, por seguirem regime jurídico próprio, podem ostentar de forma latente, posições funcionais próprias, conforme definido no artigo 5º do Decreto-Lei nº 9.698, de 02 de setembro de 1946. Vejamos:

- **Militar da ativa** é o que, ingressando na carreira, faz dela profissão até ser transferido para a reserva dos quadros da ativa, licenciado ou reformado.
- **Militar da reserva** é o que, tendo prestado serviço na ativa, passa à situação de inatividade permanente, remunerada ou não. A expressão – militar da reserva – compreende, também, os oficiais oriundos dos órgãos de preparação de oficiais da reserva.
- **Militar reformado** é o militar desobrigado, definitivamente, do serviço militar e considerado pensionista, ou não, do Estado.

Nesse caso, tendo em vista as diversas posições ocupacionais possíveis e previsíveis na carreira militar, na remota possibilidade de entendimento de que o subitem 4.6 englobaria tal categoria específica, não faria sentido também limitar a participação de militares na condição de reserva e reformados, justamente devido ao afastamento das atividades institucionais.

Por fim, quanto a composição do conselho de curadores, que operam funções de orientação, deliberação, e supervisão dos atos da entidade, por expressa interpretação literal do subitem 4.6 do Edital, não dessume-se qualquer proibição de qualquer participação de servidor público, civil ou militar, de qualquer esfera ou poder, já que a redação do mencionado dispositivo é clara no sentido de se referir aos “dirigentes, gerentes, ou associados”.

A propósito, a Lei Federal nº 13.019/14, consigna em seu bojo textual, o conceito de dirigente, *in verbis*:

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se: [...]

IV - **dirigente:** pessoa que detenha poderes de administração, gestão ou controle da organização da sociedade civil, habilitada a assinar termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação com a administração pública para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, ainda que delegue essa competência a terceiros; ([Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015](#))

Desse modo, ante ao conceito legal exposto, e em comparação ao Estatuto da Fundação Tiradentes, nota-se que **o Conselho de Curadores não ostenta as atribuições mencionadas.** Outrossim, **sequer é possível se vislumbrar na aludida Lei Federal requisitos/regras para a composição de conselhos, diretorias ou demais órgãos diretivos das Organizações da Sociedade Civil.**

Não obstante, e, por ato de precaução, indaga-se, oportunamente, acerca de eventual limitação/vedação de servidor público de qualquer natureza, na composição dos órgãos mencionados no art. 10º do Estatuto, mormente o Conselho de Curadores.

### III – SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS:

Desse modo, solicita-se esclarecimentos, quanto:

- A) a **legalidade** da disposição contida no **subitem 4.6**, do Edital de Chamamento Público nº 03/2023 – SES, uma vez que tal disposição limita as condições de participação das proponentes interessadas, e **restringe o caráter competitivo do certame (§ 2º, do art. 24 da Lei 13.019/14)**, podendo, inclusive, prejudicar o interesse público na seleção da melhor proposta para a Administração;
- B) a extensão do conceito de “**servidores**”, do subitem 4.6, do Edital de Chamamento Público nº 03/2023 – SES, **isto é, se englobaria, também, a categorial especial dos servidores públicos militares (art. 3º da Lei nº Estadual 8.033/75)**, haja vista as peculiaridades funcionais, regimentais, constitucionais, legais e normativas, bem como os entendimentos doutrinários e jurisprudências expostos, no sentido de que os militares sequer compõe a classe de servidores.
- C) No caso de entendimento de que os militares estejam enquadrados na vedação contida no subitem 4.6 do Edital, **indaga-se se mesmo os militares na condição de reserva e reformados estariam enquadrados na referida proibição, ante a definição legal exposta de tais condições jurídicas** (artigo 5º do Decreto-Lei nº 9.698/1946);
- D) Indaga-se, ante os conceitos legais expostos, e, caso tenha sido o entendimento o enquadramento dos militares no conceito de “servidores”, **se a vedação de composição dos mesmos seria apenas relativa a Diretoria, ou também se aplicaria ao Conselho de Curadores, ante redação expressa do subitem 4.6 do Edital;**
- E) Do mesmo modo, questiona-se se há algum impedimento de participação de servidor público civil, de qualquer poder ou esfera, na composição do Conselho de Curadores ou do Conselho Fiscal.



Nesses termos, reiteramos os votos de mais elevada estima à Douta Comissão e à SES/GO.

Goiânia, 11 de julho de 2023.



**Cleber Aparecido Santos**  
Diretor Presidente